

## O PESO HISTÓRICO DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS SOBRE A SEXUALIDADE

### THE HISTORICAL WEIGHT OF HEGEMONIC DISCOURSES ON SEXUALITY

Cláudia Ramos de Souza Bonfim <sup>1</sup>

#### RESUMO

O presente estudo de abordagem qualitativa e caráter explicativo-bibliográfico objetiva esclarecer quais os discursos hegemônicos historicamente construídos ao longo da história buscaram controlar a sexualidade. Fundamenta-se especialmente em Foucault, Highwater e Reich. Questiona-se: como e quais discursos hegemônicos pesaram e ainda pesam sobre a sexualidade? Aborda-se sobre os discursos historicamente produzidos e culturalmente repassados através de alguns dispositivos ideológicos. Considera-se que ao longo da história a biologia, a ciência, a religião e medicina produziram discursos e disseminaram discursos visando atender aos interesses das ideologias sociais dominantes ao longo da história.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Discursos hegemônicos; Repressão sexual.

#### ABSTRACT

The present study with a qualitative approach and explanatory-bibliographic character aims to clarify which hegemonic discourses historically constructed throughout history sought to control sexuality. It is based especially on Foucault, Highwater and Reich. The question is: how and which hegemonic discourses weighed and still weigh on sexuality? It addresses the discourses historically produced and culturally passed on through some ideological devices. Biology, science, religion and medicine are considered throughout history to produce speeches and disseminate speeches in order to meet the interests of the dominant social ideologies throughout history.

**Keywords:** Sexuality; Hegemonic discourses; Sexual repression.

---

<sup>1</sup> Pós-Doutora pelo HISTEDBR UNICAMP, Doutora em Educação, na área de História, Filosofia e Educação (FE-Unicamp); Mestre em Educação; Licenciatura Plena em Biologia e Pedagogia; Docente e Coordenadora Pedagógica da Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco; Pesquisadora Colaboradora Paideia-Unicamp; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade -PET GEPES; Agência Financiadora: PET MEC FNDE. Email: claudias-bonfim@gmail.com

## Introdução

Sexualidade e sexo se confundem na concepção senso comum. O próprio ato sexual não é entendido como constructo social, no entanto, “temos que reconhecer que o sexo é objeto de intensa socialização e que toda cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas” (HIGHWATER, 1992, p. 16)

A sexualidade é um dos temas mais necessários de serem estudados e socializados, no entanto, ainda velado e polêmico, um dos fatores é exatamente a falta de conhecimento sobre sua historicidade, importância e amplitude. O presente artigo é um esforço nesse sentido, busca-se esclarecer sobre os discursos hegemônicos historicamente construídos ao longo da história pesaram repressivamente sobre a sexualidade. A visão moralista e controladora da sexualidade foi se constituindo através de discursos em cada tempo histórico, desde a biologia, a medicina e própria psicologia, entre outros dispositivos históricos.

### 1. O peso do discurso biológico

O discurso biológico de que anatomia seria o destino, desconsiderando os modelos culturais construídos para manter a pseudofragilidade feminina ainda é usado como justificativa por muitas pessoas. Assim como qualquer outro conhecimento historicamente produzido pela humanidade, a sexualidade é um conhecimento que necessariamente precisa ser debatido e socializado visando a desconstrução de entendimentos superficiais e equivocados que ainda permeiam o imaginário e a moral social vigente. Muitas reflexões filosóficas precisam ser produzidas para questionar se estes discursos arbitrários correspondem ao que de fato é a sexualidade e sobre dos interesses hegemônicos que nortearam e norteiam a inflexível verdade naturalizada acerca da sexualidade feminina.

Em que pese, o conhecimento sobre sexualidade que chega às escolas, ainda hoje, se pauta no caráter biologista que configurou e limitou à sexualidade aos seus aspectos anatômicos e corporais, ao instinto e à reprodução. Ainda é estaque, debates que abordem a sexualidade na escola como construção histórica e social permeada pelos interesses em cada tempo, sociedade e cultura e que busca refletir e desvelar os discursos que foram criados e legitimados.

Em relação à sexualidade feminina, a fragilidade corporal reforçada pela visão biológica do corpo pautou justificativas inaceitáveis que ao longo do tempo limitavam a atuação feminina em diferentes instâncias sociais.

Como afirma Highwater (p. 1992, p.15)

O que dá forma à sexualidade são as forças sociais. Longe de ser a força mais natural da nossa vida, é de fato, a mais suscetível às influências culturais. Claro que este ponto de vista não pretende negar a importância da biologia, pois a fisiologia e a morfologia do organismo é que estabelecem, evidentemente, as condições da sexualidade humana. A biologia no entanto, não cria os padrões da nossa vida

sexual; simplesmente condiciona e limita aquilo que é provável e aquilo que é possível.

Discutir as regras, conceitos, preconceitos, conhecimentos e discursos produzidos e disseminados é basilar para confrontar a verdade naturalizada com a verdade produzida ideologicamente, para assim construirmos uma nova verdade que deixe de servir às ideologias imperativas e repressivas e que levem à emancipação humana. Enquanto não conseguirmos nos desvencilhar da noção que restringe à sexualidade ao ato sexual e a impulsos arraigados pela biologia e não compreendermos que muitas instituições e discursos historicamente produzidos funcionam como dizia Gramsci como aparelhos ideológicos do estado, visando consolidar os interesses políticos vigentes, não será possível de fato dizer que temos liberdade sexual.

## **2. O discurso religioso sobre a sexualidade especialmente feminina**

O discurso sobre Eva associa até hoje a imagem da mulher à tentação, ao sexo como pecado e reforça um discurso de inferioridade feminina. Esse discurso como afirma Highwater (1992, p. 33) “teve grande influência no mundo cristão e formalizou a associação de Eva com a sexualidade. [...] Eva, a tentadora, tornou-se o símbolo da inferioridade feminina e da entrega das mulheres a pensamentos e atos concupiscentes [...]”

Assim, a sexualidade na bíblia está associada ao pecado e a mulher à transgressão, que cede aos desejos do corpo, enquanto ao homem, se associa historicamente a racionalidade. Não seria uma contradição? Claro que historicamente no período matriarcal a mulher teve também vivenciada um período de liberdade sexual, mas como a passagem ao patriarcado, todo o peso repressivo recaiu sobre ela. Ao homem, a sexualidade de fato nunca representou um peso moral perante a sociedade, quanto para a mulher. À mulher imprimiu-se como virtude a virgindade, a tolerância, a submissão, o recatamento e a sexualidade como função meramente procriativa, dissociada do prazer. A mulher como propriedade do marido é outro discurso fortalecido pela religião. Ao homem atribui-se a superioridade, a propriedade e a virilidade como virtude.

“A mentalidade masculinizada do Ocidente insiste em que a divisão dos sexos constitui uma “fenômeno natural” e uma condição permanente da natureza humana.” (HIGWATHER, 1992, p.41)

Da repressão religiosa à política repressiva, há mais que interesses morais, há uma economia sexual envolvida, daí produz-se discursos em diferentes instâncias e instituições com o objetivo de atender o interesse político em cada sociedade, cultura e momento histórico. Como afirmou Reich (1998, p. 14)

A alta política na realidade não se desenrola na hora do café dos diplomatas, mas nessa pequena vida cotidiana. É por isso que a consciência social da vida cotidiana é indispensável. Se todos os 1.800 milhões de habitantes da Terra compreendessem a atividade dos cem principais diplomatas, tudo estaria bem; não haveria

orientação da sociedade e regulamentação da satisfação das necessidades humanas de acordo com os interesses armamentistas e as exigências políticas. Entretanto, esses 1.800 milhões de pessoas não poderão controlar o seu próprio destino enquanto não tiverem consciência de sua própria e modesta vida pessoal. As forças internas que as impedem chamam-se moral sexual e misticismo religioso.

Reich, Foucault e Highwater entre outros autores, nos mostram as construções políticas-sociais da sexualidade, o peso repressivo dos discursos e as mudanças históricas.

### **3. A cultura repressiva da sexualidade e suas concessões**

Ao pensar em sexualidade repressão é a palavra de ordem das mais presentes desde a era vitoriana dentro da família, da religião e da escola. Dentro destas instituições o discurso ainda prevalece é o moralista e o biológico. O próprio sexo reduz-se à procriação e sexualidade como prazer passa longe dos discursos destas instituições, como afirma Foucault (1988, p. 10),

Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. O rendez-vous e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e sua histérica — estes "outros vitorianos", diria Stephen Marcus — parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se nesses lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a algumas das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos, codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo. (FOUCAULT, 1988, p. 10)

Essa regulação da sexualidade e repressão do próprio sexo, trouxe historicamente espaço à prostituição e à mercantilização da sexualidade, especialmente na sociedade capitalista e gerou e ainda gera, patologias e traumas psicológicos que geralmente só conseguem ser superados através de terapias. Reich afirma que para irmos “[...] à raiz da doença psíquica da massa, quando enfrentamos a questão da regulamentação social da vida sexual do homem.” (REICH, 1988, p.13)

A ordem econômica dos últimos 200 anos modificou muito a estrutura humana; no entanto, essa modificação é insignificante, comparada com o amplo empobrecimento humano, desde que há milênios este mundo foi assolado pela supressão da vida natural, especialmente da sexualidade natural. A subjugação milenar da vida impulsiva criou o solo para o temor psicológico das massas à autoridade e a

submissão a esta, para a incrível humildade, de um lado, e a brutalidade sadista, de outro lado, e foi com base nisso que a economia de lucros capitalista dos últimos 200 anos pôde expandir-se e sobreviver. (REICH, 1988, p.13)

Foucault (1988, p.11) também faz afirmações neste mesmo sentido, apontando que “esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado.” E explica como a história e a política usam de seus mecanismos para consolidar esta repressão e quais seriam os reais objetivos desta.

Uma grave caução histórica e política o protege; pondo a origem da Idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa. A crônica menor do sexo e de suas vexações se transpõe, imediatamente, na cerimoniosa história dos modos de produção: sua futilidade se dissipa. Um princípio de explicação se esboça por isso mesmo: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho, geral e intensa; na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo, que lhe permitem reproduzir-se? (FOUCAULT, 1988, p. 11).

Ainda que não se reconheça socialmente, a política sexual cria discursos para controlar a sexualidade. Mas por que há tanta repressão sobre a sexualidade? O que é energia sexual?

A energia sexual é a energia biológica construtora do aparelho psíquico que constitui a estrutura sensorial e de pensamento humana. "Sexualidade" (fisiologicamente, função do vago) é simplesmente a energia vital produtiva. Sua repressão significa, não somente no campo médico, mas de forma ampla e geral, perturbação das funções vitais fundamentais; a expressão socialmente mais importante desse fato é a ação ineficaz (irracional) do homem, sua loucura, seu misticismo, sua disposição para a guerra etc. (REICH, 1988, p.13))

Quais seriam os motivos para a repressão política da sexualidade? O que ela afetaria para além da ordem moral vigente? Segundo Reich (1988) para responder à esta questão é necessário compreender “de que maneira a economia sexual estabelece a relação entre a vida mental humana e a ordem econômica social.” E explica:

As necessidades humanas são formadas, transformadas e especialmente também subjugadas pela sociedade; assim se forma a estrutura psíquica do homem. Essa estrutura não é inata, mas se desenvolve em cada membro isolado da sociedade no decorrer da luta constante entre necessidade e sociedade. Não existe uma estrutura de impulsos inata; essa estrutura é adquirida no decorrer dos primeiros anos de vida. Inata é apenas uma maior ou menor quantidade de energia.

Pela influência da abstenção sexual surge a estrutura do vassalo, que ao mesmo tempo obedece servilmente e se rebela. Queremos o homem "livre"; temos que saber, portanto, não somente como é que foi estruturado o homem de hoje, mas também como os homens livres devem ser estruturados, que forças devem ser utilizadas para tal fim. O âmago da psicologia político-prática é a política sexual; pois o âmago do funcionamento mental é a função sexual. Isso lá está provado pela literatura e pelo cinema: 90% de todos os romances, de toda a arte poética lírica, 99% de todos os filmes e peças de teatro são produções que apelam para necessidades sexuais não-satisfeita. (REICH, 1988, p.13)

Reich (1988, p.13) ainda mostra, como “as necessidades biológicas, a alimentação e o desejo sexual, determinam fundamentalmente a necessidade da organização social dos homens.” Desta afirmação emerge uma discussão necessária de como a sexualidade afetaria a ordem socioeconômica, talvez aí, resida um dos principais, senão a principal motivo da repressão sexual.

As "relações de produção" assim criadas modificam as necessidades fundamentais, sem, no entanto, jamais matá-las, e assim criam novas necessidades. As modificadas e recém-criadas necessidades, por sua vez, determinam o desenvolvimento posterior da produção, dos meios de produção (ferramentas e máquinas) e conseqüentemente (sic) o das relações socioeconômicas dos homens entre si. Com base nessas relações de produção dos homens entre si desenvolvem-se certos conceitos em torno da vida, da moral, da filosofia etc. (REICH, 1988, p. 13)

Assim, as ideologias discursivas produzidas ao longo da história sempre tiveram como finalidade apodera-se e formar a estrutura psíquica do homem para atender aos interesses hegemônicos do poder vigente, para o qual o homem representa quase somente “uma força material e social.” Como esclarece Reich (1988, p.14),

Não há processo socioeconômico de significado histórico que não se baseie na estrutura psíquica das massas e que não se manifeste no modo de comportamento das massas. Não existe a rigor um "desenvolvimento das forças de produção em si", mas somente um desenvolvimento da inibição da estrutura humana, do seu pensamento e do seu sentimento, baseado em processos econômico e social. A economia sem uma estrutura humana emocional ativa é inconcebível; o mesmo acontece com o sentimento, pensamento ou ação humano sem base e consequência social. [...] Elas funcionam como uma unidade e ao mesmo tempo condicionam-se umas às outras; mas, em hipótese alguma, será possível dominar-se o atual processo cultural praticamente se não se compreender que a estrutura psíquica é, em seu âmago, a estrutura sexual, e que o processo cultural é primordialmente um processo de necessidade sexual, que se desenrola condicionado pela preservação da vida. A vida sexual, pequena, aflita e propaladamente "apolítica" do homem deve ser investigada e dominada, em princípio, em entrosamento com as questões da sociedade autoritária.

Até os dias atuais ainda seriam estes os motivos da repressão sexual? Quais os interesses da moral capitalista de classes sobre a regulamentação da sexualidade?

A moral capitalista de classes é contra a sexualidade e cria, assim, primeiro o conflito; o movimento revolucionário elimina o conflito, criando primeiro uma ideologia afirmativa sexual, e fortalecendo depois também legislativamente e por nova regulamentação a defesa da nova vida sexual. Isto é, o capitalismo e a repressão social sexual estão num lado, enquanto a "moral" revolucionária e a satisfação das necessidades sexuais estão no outro lado. Quando falamos de "nova moral revolucionária" não dizemos nada; essa nova moral se torna concreta apenas pelo fato de ter regulamentada a satisfação das necessidades, e não somente no campo da sexualidade. (REICH, 1988, p. 15)

Assim, afirma-se temos períodos históricos que nos dão a pseudosensação de liberdade social como nos dias atuais. Assim a sociedade capitalista através de novos discursos produz discursos que condicionam de forma alienante à falsa crença de que o cidadão tem liberdade sexual, mas continua controlando a sexualidade. O sexo sempre esteve envolto ao controle e à repressão, mas é um equívoco pensar que o tema da sexualidade sempre foi silenciado. Foucault (1988, p. 29) afirma que:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros.

Assim, não existe só o que se fala, ou melhor há muitas formas de dizer, condicionar. Como exemplifica Foucault (1998, p. 20),

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.

No disseminar da ideologia estão muitos "silêncios" que falam, ditam regras, há arranjos,

organizações, ditos e interditos, permissões alienantes e vários dispositivos que são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos

#### 4. O peso histórico-repressivo da sexualidade da era vitoriana aos dias atuais

No tocante à sexualidade feminina, ainda hoje como afirma Foucault estamos condicionados pelo discurso do regime vitoriano. “Parece que, por muito tempo, teríamos suportado um regime vitoriano e a ele nos sujeitaríamos ainda hoje. A pudicícia imperial figuraria no brasão de nossa sexualidade contida, muda, hipócrita.” Ainda hoje o silêncio prevalece quando o assunto a ser discutido é a sexualidade. A condição de inferioridade, a submissão e os preconceitos e desigualdades de gênero enfrentados pela mulher na sociedade até as patologias, como a anorgasmia feminina tem como origem a repressão da política social sobre a sexualidade, cujo peso maior recaiu em grande parte da história sobre a sexualidade feminina.

Do início do século XVII, que ainda permitia uma certa liberdade discursiva e prática sobre a sexualidade, passamos à uma era que marcou e ainda marca profundamente a forma como a sexualidade é entendida e vivenciada. Como aponta Foucault (1988, p. 09),

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. [...]

Foucault (1988) nos afirma que até o final do século XVIII, três grandes instituições regulavam as práticas sexuais: “direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil.” Eles determinavam, por diferentes formas, o marco divisório entre o que era legal e ilegal. O sexo matrimonial era repleto de restrições e orientações. E o ponto central era o matrimônio: as obrigações entre os cônjuges, a disposição de cumprir com os deveres estabelecidos e como seriam cumpridos.

A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrações; era sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes. Estava sob estreita vigilância: se estivesse em falta, isto tinha que ser mostrado e demonstrado diante de testemunha. O "resto" permanecia muito mais confuso: atentemos para a incerteza do status da "sodomia" ou a indiferença diante da sexualidade das crianças. Além disso, esses diferentes códigos não faziam distinção nítida entre as infrações às regras das alianças e os desvios em relação à genitalidade. (FOUCAULT, p. 38)



Assim, ele denuncia que os interesses iam para além da economia, os discursos produzidos que inclusive produzia o silenciamento, teve em muitos momentos ao longo da história interditar produzindo e disseminando saberes, discursos esses que Foucault (1988, p. 17) afirma que, teria iniciado a partir do final do século XVI, quando,

[...] a colocação do sexo em discurso", em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou — sem dúvida através de muitos erros — em constituir uma ciência da sexualidade. São esses movimentos que gostaria de evidenciar, agora, de maneira esquemática a partir de alguns fatos históricos que se afiguram marcantes, e para isso, de certa forma, passarei por cima da hipótese repressiva e dos fatos de interdição e de exclusão que ela evoca.

Nos três últimos séculos, segundo Foucault (1988), em torno do sexo há um aumento em suas contínuas transformações, as coisas aparecem bem diferentes: em torno e a discursivo. E foram então, estabelecidas outras regras de decência, se por um lado deliberou-se falar sobre sexo, de outro controlava-se o que, em que instâncias isso era permitido.

[...] definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, patrões e serviçais. É quase certo ter havido aí toda uma economia restritiva. Ela se integra nessa política da língua e da palavra — espontânea por um lado e deliberada por outro — que acompanhou as redistribuições sociais da época clássica. Em compensação, no nível dos discursos e de seus domínios, o fenômeno é quase inverso. Sobre o sexo, os discursos — discursos específicos, diferentes tanto pela forma como pelo objeto — não cessaram de proliferar: uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII. [...] Mas o essencial é a multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo do exercício do poder: incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado. (FOUCAULT, 1988, p. 22)

No século XVIII há um policiamento do sexo, regulando-o através de discursos na forma de uma espécie de Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não proibindo. Um dos exemplos que Foucault utiliza foi a busca do equilíbrio populacional, que apresentava-se economicamente e politicamente como um problema, buscando o equilíbrio entre seu crescimento e suas variáveis próprias:

[...] natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições: "Os Estados não se povoam conforme a progressão natural da propagação, mas em razão de sua indústria, de suas produções e das diferentes instituições. Os homens se multiplicam como as produções do solo e na medida das vantagens e dos recursos que encontram nos seus trabalhos". No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas. (FOUCAULT, 1988, p. 28)

Assim, busca-se agora criar formas de regular isto equilibrando políticas natalistas ou antinatalistas, estabelecendo condutas sexuais, através de campanhas sistematizadas utilizando-se da moralidade, da religião e medidas de fiscalização, que fornecesse ao estado informações sobre "[...] o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática.". Surgindo assim, o sexo um objeto de disputa, fazendo como que o Estado crie discursos e conhecimentos para tentar controlá-lo. Limitando o que seria permitido segundo os interesses hegemônicos.

Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genitalidade tantos prazeres sem fruto? Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 1988, p. 37)

Entre os séculos XVIII e XIX, divide-se a medicina geral da "medicina do sexo" pertinentes à questão corporal e sexual, acarretando mudanças, criando de um lado, um discurso médico-psicológico das "perversões", através da psicologia e da psiquiatria de outro, a análise da hereditariedade colocava o sexo [...] em posição de 'responsabilidade biológica' com relação à espécie (FOUCAULT, 1990, p.112). Surge então, o discurso médico-higienista da sexualidade objetivando controlar o sexo, as doenças venéreas, hoje intituladas DST's. Como afirma Bonfim (2010), afirma que, no século XIX, esse aparelho discursivo aliou-se com poder e o discurso médico-biologista,

conferindo maior legitimação às questões da sexualidade, porém, associada à assepsia, à patologia, ao pecado e à sexualidade reprodutiva.

Foucault defende que a sexualidade é um dispositivo histórico, uma estrutura de poder, que através dos discursos e aparelhos historicamente produzidos nos condicionam a vivenciar a sexualidade de acordo os interesses historicamente dominantes. Disseminam suas ideologias através de instituições como a Escola, a Família, a Igreja, entre outras, e de saberes como o da Medicina, da Psicologia, da Biologia, da Psiquiatria, que configuram-se como “microespaços de poder”, criados para difundir discursos objetivando produzir uma sexualidade para o cidadão, que o discipline e o controle e não suprima. Ora lícita, outrora ilícita, a permissão sobre o sexo nesses espaços configuram esse delimitação da sexualidade visando controle social. (FOUCAULT, 1988)

### Considerações Finais

Pelo que foi exposto, pode-se considerar que Foucault (1988) esclarece que o discurso da sexualidade é a maneira mais poderosa de regulação da sociedade, através discurso disciplinador sobre o sexo. Através especialmente das instituições religiosas, familiares, educativas, jurídicas e da medicina, os dispositivos históricos foram produzidos e disseminados discursos e saberes que buscavam e ainda buscam, garantir que o sexo e a sexualidade sejam de certa forma controladas pelo Estado visando garantir interesses os hegemônicos vigentes, em cada tempo e sociedade. Reich nos mostra que a repressão histórica é o cerne de muitas patologias e que o capitalismo empobreceu a humanidade a sexualidade.

Defende-se que conhecer a história da sexualidade é o primeiro passo para compreender as causas da opressão e os pesos discursivos que ainda pesam sobre nossa sexualidade, especialmente da mulher. Há poucas resistências e alternâncias significativas no campo da sexualidade, embora houve alguns avanços, ainda temos muito que lutar para nos desvencilharmos das marcas que carregamos. É necessário liberta-se dos condicionamentos repressivos, mas como os discursos muitas vezes estão implícitos e legalizados, nem sempre as pessoas conseguem reconhecê-los, e deste conhecimento emerge a possibilidade de formação de consciências críticas e da emancipação sexual.

### Referências

BONFIM, C. *Educação Sexual e Formação de Professores*: da educação sexual que temos à que queremos. João Pessoa, PB: UFPB, 2010.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/)

Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf Acesso em 03 dez. 2020.

HIGHWATER, J. *Mito e Sexualidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

REICH, W. *Revolução Sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. Disponível em: <http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Reich,%20Wilhelm/A%20Revolucao%20Sexual.pdf> Acesso em 03 dez. 2020.

---

*Artigo Recebido: 29/10/2020*

*Aprovado em: 28/11/2020*

*Publicação: Dezembro de 2020*